



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de João Monlevade / 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude da Comarca de João Monlevade

Rua São Mateus, 50, Aclimação, João Monlevade - MG - CEP: 35931-398

PROCESSO Nº: 0868981-17.2008.8.13.0362

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116)

MINISTERIO DA FAZENDA CPF: 00.394.460/0224-63

RONALDO MOREIRA DA SILVA CPF: 251.198.006-10 e outros

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, os bens penhorados, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: dia 12/05/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificados lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 12/05/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade.

REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

LOCAL: Através do site [www.giordanoleiloes.com.br](http://www.giordanoleiloes.com.br) PROCESSO: Autos nº

0868981-17.2008.8.13.0362 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é Exequente MINISTÉRIO DA FAZENDA (CNPJ: 00.394.460/0224-63) e Executados FORJARIA JÚPITER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ: 18.401.950/0001-93), JADER MOREIRA DA SILVA (CPF:

077.464.156-87), JOSÉ CELSO DA SILVA (CPF: 131.532.936-00), RONALDO MOREIRA DA SILVA

(CPF: 251.198.006-10) e RONEY MOREIRA DA SILVA (CPF: 119.165.676-49). DESCRIÇÃO DOS

BENS: ITEM 01) Uma área de terras medindo 900,00 m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), situada à Rua do

Andrade, Bairro Carneirinhos, João Monlevade/MG, com as seguintes medidas e confrontações: tendo

45,00m de lado, dividindo com um córrego que faz divisa com os vendedores, de outro lado com 20,00m

dividindo com os vendedores, de outro lado 45,00m, dividindo com Leonardo Martins de Figueiredo,

Forjaria e Serralheria Júpiter Ltda., compradora e com 20,00 de outro lado com José Sérgio. Obs.:

Conforme avaliação, no local encontra-se edificado um galpão industrial com todas suas características e

benfeitorias, construção em bom estado de uso e conservação. Imóvel matriculado sob o nº 24.437 do

Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de João Monlevade/MG. REAVALIAÇÃO: R\$ 900.000,00

(novecentos mil reais), em 03 de junho de 2025. LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 450.000,00

(quatrocentos e cinquenta mil reais). ITEM 02) Uma área de terras medindo 934,04 m<sup>2</sup> (novecentos e

trinta metros e quatro centímetros quadrados), situada à Rua do Andrade, Bairro Carneirinhos, João



Monlevade/MG, com as seguintes medidas e confrontações: dividindo pela frente com Rua do Andrade, pela esquerda com os vereadores, pela direita com José Custódio, pelos fundos com os mesmos vereadores, com 934,04m<sup>2</sup>, tendo 28,02m de frente, 22,02 de fundos, 37m de um lado, 39m de outro lado, dividido de um lado com José Custódio e de outro lado e fundos com o vendedor. Obs.: Conforme avaliação, no local encontra-se edificado um galpão industrial com todas suas características e benfeitorias, construção em bom estado de uso e conservação. Imóvel matriculado sob o n° 24.438 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de João Monlevade/MG. REAVALIAÇÃO: R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), em 03 de junho de 2025. LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais). (RE) AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). \*No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão. VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 492.193,81 (quatrocentos e noventa e dois mil, cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos), em 12 de fevereiro de 2026. LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Conforme descrições acima. DEPOSITÁRIO: Itens 01 e 02) HELOÍSA HELENA DA SILVA OLIVEIRA. ÔNUS: ITEM 01) Penhora nos autos n° 362.13.9391-1, em favor da União (Fazenda Nacional), em trâmite na 1ª Vara da Comarca de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0001953-76.2016.4.01.3814, em favor da União Federal (Fazenda Nacional), em trâmite na 5ª Vara de Execução Fiscal, Extrajudicial e JEF Adjunto da Seção Judiciária de Minas Gerais; Indisponibilidade de bens nos autos n° 0002048-38.2018.4.01.3814, em trâmite na 5ª Vara de Execução Fiscal, Extrajudicial e JEF Adjunto da Seção Judiciária de Minas Gerais; Penhora nos autos n° 5000529-43.2021.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG (Arquivado); Indisponibilidade de bens nos autos n° 0860386-63.2007.8.13.0362, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de João Monlevade/MG; Indisponibilidade de bens nos autos n° 0010509-17.2022.5.03.0064, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de João Monlevade/MG (Arquivado); Penhora nos autos n° 0032055-02.2010.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0087733-31.2012.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 362.14.5134-7, em favor do Estado de Minas Gerais, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG; Indisponibilidade de bens nos autos n° 0010036-77.2023.5.03.0102, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de João Monlevade/MG (Arquivado); Indisponibilidade de bens nos autos n° 0010606-80.2023.5.03.0064, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0005696-94.2016.4.01.3814, em favor da União – Fazenda Nacional, em trâmite na 3ª Vara Federal de Execução Fiscal, Extrajudicial e JEF Adjunto da Seção Judiciária de Minas Gerais; Penhora nos autos n° 0093911-59.2013.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0019715-75.2000.8.13.0362, em favor da União Federal, em trâmite na 2ª Vara Cível e de Família de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0003233-95.2013.8.13.0362, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de João Monlevade/MG; outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. ITEM 02) Penhora nos autos n° 362.13.9391-1, em favor da União (Fazenda Nacional), em trâmite na 1ª Vara da Comarca de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0001953-76.2016.4.01.3814, em favor da União Federal (Fazenda Nacional), em trâmite na 5ª Vara de Execução Fiscal, Extrajudicial e JEF Adjunto da Seção Judiciária de Minas Gerais; Indisponibilidade de bens nos autos n° 0002048-38.2018.4.01.3814, em trâmite na 5ª Vara de Execução Fiscal, Extrajudicial e JEF Adjunto da Seção Judiciária de Minas Gerais; Penhora nos autos n° 5000529-43.2021.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG (Arquivado); Indisponibilidade de bens nos autos n° 0860386-63.2007.8.13.0362, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de João Monlevade/MG; Indisponibilidade de bens nos autos n° 0010509-17.2022.5.03.0064, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de João Monlevade/MG (Arquivado); Penhora nos autos n° 032055-02.2010.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0087733-31.2012.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG; Indisponibilidade de bens nos autos n° 0010036-77.2023.5.03.0102, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de João Monlevade/MG (Arquivado); Indisponibilidade de bens nos autos n° 0010606-80.2023.5.03.0064, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de João Monlevade/MG; Penhora nos autos n° 0005696-94.2016.4.01.3814, em favor da União – Fazenda



Nacional, em trâmite na 3ª Vara Federal de Execução Fiscal, Extrajudicial e JEF Adjunto da Seção Judiciária de Minas Gerais; Penhora nos autos nº 0093911-59.2013.8.13.0362, em favor do Ministério da Fazenda, em trâmite na 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude de João Monlevade/MG; Penhora nos autos nº 0019715-75.2000.8.13.0362, em favor da União Federal, em trâmite na 2ª Vara Cível e de Família de João Monlevade/MG; outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que officie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro. **BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS:** Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloadado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação. **HIPOTECA:** Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil). **MEACÇÃO:** Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. **IMÓVEL OCUPADO:** A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente. **DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior. Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site [www.giordanoleiloes.com.br](http://www.giordanoleiloes.com.br). Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE REFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada. **LEILOEIRO:** O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, GIORDANO BRUNO COAN AMADOR, JUCEMG sob n.º 1219/2021, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais [www.leiloesjudiciais.com.br](http://www.leiloesjudiciais.com.br). **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim



como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei. **COMO PARTICIPAR DO LEILÃO:** Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site [www.giordanoleiloes.com.br](http://www.giordanoleiloes.com.br), devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro. Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação. Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito. Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios. **FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento da arrematação deve ocorrer em 24 horas, por depósito judicial, ou no prazo de 15 dias úteis, sendo, nesta última hipótese, necessário o recolhimento em 24 horas em depósito judicial, do equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do preço ofertado, como caução, e os restantes 75% (setenta e cinco por cento) do preço lançado, pagos até o final do prazo de 15 (quinze) dias úteis mediante recolhimento em depósito judicial. Havendo opção do arrematante para o pagamento do preço no prazo de 15 (quinze) dias úteis, uma vez não recolhido o restante de 75% (setenta e cinco por cento) do preço, no prazo concedido, será perdido o valor da caução em favor do exequente, conforme disposto no art. 897 do CPC. **ARREMATACÃO PELO CREDOR:** Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art.892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro. **PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA:** O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo



leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I – O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

II – As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

III – Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais;

IV – Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). **ATRASSO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa. **VENDA DIRETA:** Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. **VISITAÇÃO:** É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem. **JULIANA CRISTINA COSTA LOBATO - JUÍZA DE DIREITO**

